

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

ÍNDICE

1	OBJETIVO.....	3
2	ABRANGÊNCIA.....	3
3	REFERÊNCIA.....	3
4	CONCEITOS.....	4
5	DIRETRIZES.....	6
6	RESPONSABILIDADES.....	9
7	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	15

1 OBJETIVO

Esta política tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a sua adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação

2 ABRANGÊNCIA

Aplica-se à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e às suas controladas, no Brasil e no exterior (Companhia) na gestão dos riscos que impactam o seu ambiente de forma corporativa, com exceção do Banco B3 S.A., regido por política própria.

Os riscos de crédito, de liquidez e de mercado relacionados à atuação das câmaras de compensação e liquidação na função de contraparte central estão contemplados nos regulamentos e manuais das câmaras, aprovados pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e, especificamente, no caso dos regulamentos, também pelo Conselho de Administração da B3, e não estão dentro do escopo de atuação desta Política.

3 REFERÊNCIA

- Estatuto Social;
- Código de Conduta;
- COSO – ERM: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework;
- Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 461/2007;
- Norma de Risco Operacional;
- Política de Compliance e Controles Internos;
- Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores

Mobiliários;

- Política da Segurança da Informação;
- Política de Transação com Partes Relacionadas e Demais Situações de Potencial Conflito de Interesse; e
- Norma ABNT Standard NBR ISO 31000:2009 – Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes.

4 CONCEITOS

- **Risco:** possível evento que afetaria negativamente a realização dos objetivos da Companhia ou algum de seus processos.
- **Riscos corporativos:** abrange os principais eventos de risco estratégico, operacional, financeiro, regulatório, de mercado, liquidez, crédito, à imagem e socioambiental, que impactam as atividades ou o atendimento aos objetivos da Companhia.
- **Risco estratégico:** possibilidade de implementar uma estratégia malsucedida ou ineficaz que deixe de alcançar os retornos pretendidos.
- **Risco operacional:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e ambiente tecnológico, ou, ainda, de eventos externos. Inclui o risco jurídico, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; demandas judiciais e de segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos aos ativos físicos; e aqueles que acarretem a interrupção das atividades da Companhia e falhas em sistemas e infraestruturas de tecnologia da informação.

- **Risco financeiro:** possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inexatos ou intempestivos, expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções.
- **Risco regulatório:** ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou nacional, que podem resultar na crescente pressão competitiva e afetar significativamente a administração eficiente dos negócios da Companhia.
- **Risco de mercado:** a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, que incluem os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).
- **Risco de liquidez:** possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Inclui a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Inclui o risco de contraparte central proveniente da atuação das Câmaras da Companhia como contraparte garantidora das operações cursadas nos mercados que administra.

- **Risco de imagem:** possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, independentemente de sua veracidade.
- **Risco socioambiental:** risco de perdas em consequência de efeitos negativos ao meio-ambiente e à sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.
- **Apetite ao risco:** nível de risco que a B3 está disposta a incorrer para atingir os objetivos estratégicos. A avaliação varia de “intolerável” à “propenso ao risco”. O apetite a risco é uma medida qualitativa.
- **Tolerância a risco:** definição do nível de risco/incerteza que a Companhia está disposta a suportar para atingir os objetivos estratégicos. A tolerância a riscos é uma medida quantitativa, mensurável por meio de indicadores.

5 DIRETRIZES

A partir das diretrizes do COSO - ERM, a gestão de riscos é estruturada em cinco componentes, conforme expostos abaixo:

5.1 Ambiente Interno

É a base para todos os outros componentes da estrutura de controles, estabelecendo o desenho, o gerenciamento, o monitoramento e a disciplina dos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia em relação à estrutura de controles internos. O ambiente interno inclui a estrutura organizacional, os recursos humanos e físicos, a cultura, os valores da Companhia (valores éticos e integridade), as competências e as habilidades.

Os objetivos estratégicos são definidos pelo Conselho de Administração em linha com a estratégia e o apetite ao risco, que direciona o nível de tolerância aos

riscos nos processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia. Em função desses objetivos, são definidos conjuntos de estratégias para o seu cumprimento.

A estrutura de gerenciamento de riscos deve assegurar que a administração possua processos para definição de objetivos e que estes estejam alinhados com a estratégia em relação ao apetite ao risco.

5.2 Avaliação de Riscos

As avaliações dos eventos de risco compreendem a identificação e a análise dos riscos relevantes que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia, que formam uma base para determinar como os riscos devem ser gerenciados. O Comitê Interno de Riscos Corporativos deve avaliar os eventos de risco por seu impacto e sua probabilidade de ocorrência e utilizar metodologias de mensuração quantitativa e qualitativa.

A avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos da Companhia, de modo que proporciona um mecanismo para priorização desses riscos e, conseqüentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos da Companhia.

5.3 Tratamento de Riscos

Posteriormente à avaliação de riscos, é definido o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo ou transferi-lo. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia.

No processo de aceitação de riscos considera-se que o nível atual do risco está abaixo do apetite ao risco estabelecido e é assumido pela Companhia, não

existindo ações definidas para seu tratamento. Nesse caso, a decisão deve ser submetida à aprovação de acordo com a alçada descrita a seguir:

Tabela de alçadas para aceitação de riscos pela Administração		
Risco Residual	Proposta de aceitação	Alçada de aceitação
4. Extremo	Diretoria Colegiada	Conselho de Administração
3. Alto		
2. Moderado	Diretor	Diretoria Colegiada
1. Baixo	Superintendente	Diretor

A aceitação de riscos residuais classificados como alto e extremo deverá ser avaliada pelo Conselho de Administração, em linha com o nível de apetite ao risco da Companhia.

5.4 Atividades de Controle

As atividades de controle compreendem políticas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos, definidos pela Companhia para minimizar seus riscos, estão sendo observados nas atividades executadas. As atividades de controle ocorrem em todos os níveis da Companhia e abrangem aprovações, autorizações, limites de alçada, verificações, reconciliações, revisões de performance operacional, segurança de ativos e segregação de funções.

5.5 Informação e Comunicação

Informação e comunicação representam as práticas utilizadas pela Companhia para capturar e transmitir as informações pertinentes, em formato e prazo que possibilitem a execução das responsabilidades dos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia. Dessa forma, as práticas de controle sobre os

sistemas de informação devem garantir a relevância, a disponibilidade, o acesso e a exatidão das informações.

5.6 Monitoramento

A estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido mediante atividades recorrentes de monitoramento ou avaliações independentes periódicas, ou, ainda, por uma combinação desses dois mecanismos. As principais atividades de monitoramento incluem conciliações, acompanhamento de comunicações de agentes externos, inventários, auditorias, autoavaliações e verificação contínua.

6 RESPONSABILIDADES

6.1 Conselho de Administração

- Definir a estratégia da Companhia para atendimento de seus objetivos de negócio;
- Definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios;
- Aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Alto” e “Extremo”;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos Corporativos, assim como suas revisões; e
- Aprovar os relatórios de controles internos, *Compliance* e risco corporativo.

6.2 Comitê de Riscos e Financeiro do Conselho de Administração

- Analisar a Política de Gestão de Riscos Corporativos, assim como quaisquer revisões, submetendo-a a aprovação do Conselho de Administração;
- Aprovar a metodologia a ser utilizada para condução do processo de risco corporativo;

- Acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos e o cumprimento de seus objetivos;
- Reavaliar periodicamente a adequação da estratégia de administração de risco da Companhia; e
- Validar os relatórios de risco corporativo, submetendo-os ao Conselho de Administração para aprovação.

6.3 Comitê de Auditoria

- Analisar a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, assim como quaisquer revisões, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos e o cumprimento de seus objetivos;
- Supervisionar as atividades da área de controles internos da Companhia e de suas controladas;
- Avaliar a efetividade e a suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos operacionais;

6.4 Comitê Interno de Risco de Contraparte Central

- Avaliar o cenário macroeconômico e seus efeitos, em termos de risco, sobre os mercados em que a Companhia atua;
- Definir critérios e parâmetros a serem utilizados para a apuração dos valores de margem;
- Definir critérios e parâmetros a serem utilizados para a valorização dos ativos aceitos em garantia;
- Fixar as modalidades e/ou o valor das garantias dos negócios realizados nos

pregões e/ou registrados em quaisquer dos sistemas de negociação, registro, compensação e liquidação da Companhia, os quais incidirão, inclusive, sobre os contratos em aberto;

- Propor a política de gerenciamento de garantias depositadas;
- Analisar o nível de alavancagem do sistema;
- Sugerir critérios, limites e parâmetros para o controle do risco de crédito dos participantes;
- Analisar e propor sugestões para o aperfeiçoamento dos sistemas de risco; e
- Efetuar outras análises que entender necessárias;
- Aprovar os limites de risco atribuídos aos participantes das clearings da Companhia;
- Acompanhar e avaliar, periodicamente, o risco de contraparte representado pelos Membros de Compensação, Participantes de Negociação, Agentes de Custódia e comitentes;
- Estabelecer critérios e parâmetros para a exigência de garantias adicionais dos participantes, sempre que for o caso; e
- Efetuar outras análises que entender necessárias.

6.5 Comitê Interno de Riscos Corporativos

- Aprovar a metodologia de riscos corporativos;
- Identificar e acompanhar a evolução dos riscos corporativos;
- Avaliar o relatório periódico de acompanhamento de riscos corporativos;
- Encaminhar o relatório semestral de riscos corporativos para conhecimento da Diretoria Colegiada (DC);

- Propor à DC o apetite e tolerância aos riscos e acompanhar as métricas de tolerância aos riscos;
- Auxiliar na identificação dos eventos de riscos futuros com potencial impacto na Companhia;
- Avaliar alterações da Política da Gestão de Riscos Corporativos e aprovar as Normas relativas ao tema; e
- Acompanhar a aderência da Companhia à Política de Aplicações Financeiras.

6.6 Diretoria Colegiada

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Respeitar as diretrizes de governança corporativa e políticas, assim como monitorar sua observância em toda a Companhia;
- Identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliar a probabilidade de ocorrência e adotar medidas para sua prevenção e minimização;
- Propor ao Conselho de Administração o nível de apetite e tolerância ao risco da Companhia;
- Propor a aceitação dos riscos classificados como “Alto” e “Extremo” ao Conselho de Administração;
- Aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Moderado”;
- Propor e implementar sistema de controles internos incluindo políticas e limites de alçada, alinhado ao nível de apetite e tolerância ao risco;
- Patrocinar a implantação da gestão de riscos corporativos na Companhia.

- Analisar os relatórios semestrais de riscos corporativos e de controles internos; submetendo-os ao Comitê de Riscos e Financeiro do Conselho de Administração para análise; e
- Analisar a Política de Gestão de Riscos Corporativos, assim como quaisquer revisões, submetendo-as ao Comitê de Riscos e Financeiro do Conselho de Administração para análise;

6.7 Diretoria

- Identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliar a probabilidade de ocorrência e adotar medidas para sua prevenção e minimização;
- Propor a aceitação dos riscos classificados como “Moderado” à Diretoria Colegiada;
- Aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Baixo”;
- Implementar sistema de controles internos incluir políticas, normas e limites de alçada;
- Validar os riscos inerentes à operação da Companhia levando em consideração sua relevância e sua probabilidade de ocorrência; e
- Contribuir para elaboração do relatório de riscos corporativos.

6.8 Diretoria de Governança e Gestão Integrada

- Estabelecer processo a ser utilizado na gestão de controles internos, *Compliance* e risco corporativo;
- Coordenar e definir os padrões a serem seguidos no que tange os processos de controles internos, *Compliance* e risco corporativo, os sistemas de suporte, as formas e a periodicidade dos seus reportes;

- Consolidar a avaliação de riscos da Companhia, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê Interno de Riscos Corporativos, à Diretoria Colegiada, ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Riscos e Financeiro do Conselho de Administração e Conselho de Administração; e
- Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente aos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia.

6.9 Diretoria de Auditoria Interna

- Prover avaliações independentes, imparciais e tempestivas ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Colegiada, sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

6.10 Superintendente

- Propor a aceitação dos riscos classificados como “Baixo” à Diretoria.

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

Vigência: a partir de 26/07/2019.

1ª Versão: 04/2013

Responsáveis pelo documento:

Responsável	Área
Elaboração	Superintendência de Processos e Riscos Corporativos
Revisão	Diretoria de Governança e Gestão Integrada
Aprovação	Conselho de Administração

Registro de alterações:

Versão	Item Modificado	Modificação	Motivo	Mês referência
1	-	-	-	Abril/2013
2	5. Diretrizes	Exclusão dos itens 5.2. Estabelecimento de Objetivos, 5.3. Identificação de Eventos e 5.5. Resposta ao Risco.	Adequação ao COSO III	Maio/2014
	6. Responsabilidades	Inclusão do Comitê Técnico de Risco de Crédito	Comitê Técnico de Risco de Crédito criado em fevereiro/2014	Maio/2014
		Inclusão do Comitê Consultivo de Riscos Corporativos	Comitê Consultivo de Riscos Corporativos criado em maio/2013	Maio/2014
		Inclusão da Diretoria de Auditoria Interna	3ª linha de defesa	Maio/2014
3	1. Objetivo	Inclusão de riscos tecnológicos	Evolução dos Riscos Corporativos	Abril/2015

	4. Conceitos	Inclusão de riscos tecnológicos	Evolução dos Riscos Corporativos	Abril/2015
		Alteração da nomenclatura de “Risco regulamentar” para “Risco regulatório”	Evolução dos Riscos Corporativos	Abril/2015
	5. Diretrizes	Substituição de <i>guidance</i> de apetite de riscos de “missão e visão” para “estratégia”.	Evolução dos Riscos Corporativos	Abril/2015
	6. Responsabilidades	Remoção da responsabilidade de aprovação da metodologia de riscos corporativos	Evolução dos Riscos Corporativos	Abril/2015
4	6. Responsabilidades	Aprovação da metodologia de riscos corporativos pelo Comitê de Riscos	Solicitação do Comitê de Riscos do Conselho de Administração	Setembro/2015
5	1. Objetivo, 2. Abrangência, 4. Conceitos, 5. Diretrizes E 6. Responsabilidades	<p>Ajuste da nomenclatura de “colaboradores” para “funcionários, estagiários e prestadores de serviço” ;</p> <p>Ajuste na abrangência da política para evidenciar que os riscos de liquidez, de crédito e de mercado das câmaras de compensação e liquidação na função de contraparte central são contemplados pelos regulamentos e manuais da B3, aprovados por órgãos reguladores e pelo Conselho de Administração;</p> <p>Inclusão de responsabilidades para a Diretoria Executiva: (i) propor o nível de apetite ao risco da Companhia ao Conselho de Administração; e (ii) propor e implementar sistemas de controles internos alinhados ao nível de apetite ao risco; e</p> <p>Ajuste de responsabilidade do Conselho de Administração para definir o nível de apetite ao risco da Companhia; Atualização da nomenclatura do Comitê de Riscos e Financeiro do Conselho de Administração.</p>	<p>Adequação de nomenclatura dos públicos que atuam na Companhia (CI 004/2016-DRH);</p> <p>Formalização do apetite ao risco em decorrência da nova Metodologia de Gerenciamento de Riscos Corporativos; e</p> <p>Adequação de nomenclatura de acordo com o disposto no Estatuto Social e no Regimento Interno do Comitê de Riscos e Financeiro do Conselho de Administração.</p>	Maio/2016
6	4. Conceitos 6.	Ajuste na descrição dos conceitos de risco operacional		Maio/2017

	Responsabilidades	<p>e apetite ao risco. Inclusão do conceito de tolerância a risco.</p> <p>Inclusão da responsabilidade de definir e aprovar a tolerância a risco pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, respectivamente.</p> <p>Inclusão das demais responsabilidades do Comitê Técnico de Risco de Crédito e do Comitê Consultivo de Riscos Corporativos.</p>		
7	<p>2. Abrangência</p> <p>4.3. Tratamento De Riscos;</p> <p>6. Responsabilidades</p>	<p>Exclusão de coligadas</p> <p>Inclusão das alçadas de aceite de risco</p> <p>Exclusão de coligadas</p>		Agosto/2017
8	<p>4. Conceitos</p> <p>5.3 Tratamento De Riscos</p> <p>5.2 Avaliação de Riscos</p> <p>6. Responsabilidades</p>	<p>Aperfeiçoamento da descrição dos conceitos de apetite e tolerância a riscos</p> <p>Adequação dos níveis de risco à nova metodologia de riscos corporativos</p> <p>Adequação das responsabilidades conforme o Regimentos dos comites internos de assessoramento a diretoria colegiada.</p>		26/07/2019